



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## PROJETO DE LEI N.º 63/2001.

Recebido(a) em 30/10/2001

às 12:56 horas

[Assinatura]  
Secretaria Administrativa

DISPÕE SOBRE O DIREITO DO CONSUMIDOR DE CONSULTAR NAS FARMÁCIAS E DROGRARIAS O DICIONÁRIO DE ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS - DEF, PARA CONHECER O NOME GENÉRICO DOS MEDICAMENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Artigo 1º** - As farmácias e drogarias do município terão que dispor do Dicionário de Especialidades Farmacêuticas – DEF, para que os consumidores tomem conhecimento do nome genérico dos remédios.

**Parágrafo único** – Cada farmácia ou drogaria deverá dispor no mínimo de um exemplar do Dicionário de Especialidades Farmacêuticas – DEF.

**Artigo 2º** - As farmácias e drogarias deverão espalhar pela loja cartazes afixados em locais visíveis, informando o direito do consumidor de consultar o Dicionário de Especialidades Farmacêuticas – DEF.

**Parágrafo Único** – O modelo padrão do cartaz será o estabelecido no Anexo I desta Lei.

**Artigo 3º** - Tais estabelecimentos terão o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei, para colocarem à disposição do consumidor o Dicionário de Especialidades Farmacêuticas e afixarem os cartazes que lhe asseguram este direito.

**Artigo 4º** - O descumprimento desta Lei será punido com multa de 200 (duzentas) UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo) a qual será duplicada sucessivamente em caso de reincidência.

**Artigo 5º** - Caberá ao Departamento Municipal de Saúde fazer a divulgação desta lei, a todos os estabelecimentos comerciais e a toda população de uma forma geral, através dos meios de comunicação, tanto na imprensa escrita ou falada.

**Artigo 6º** - O Setor de Vigilância Sanitária, vinculado ao Departamento de Saúde, é o órgão competente para fazer a fiscalização dos estabelecimentos, onde fará a visita para comprovar o cumprimento desta lei e aplicar as penalidades previstas no artigo 2º caso haja o seu descumprimento.

[Assinatura]





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício " Dr. Cássio de Freitas Levy "

**Artigo 7º** - A concessão de novos alvarás a tais estabelecimentos pelo Poder Executivo ficará condicionada ao cumprimento desta Lei.

**Artigo 8º** - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Departamento Municipal de Saúde, suplementadas se necessário.

**Artigo 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2001.

  
**Cristiano Antonio Guarasemin**  
Vereador

**ANEXO I**

**ATENÇÃO, CONSUMIDOR!**

**CONSULTE NESTA FARMÁCIA O DICIONÁRIO DE ESPECIALIDADES FARMACÊNTICAS PARA SABER O NOME GENÉRICO DO REMÉDIO RECEITADO.**

**ESCOLHA AQUELE QUE OFERECE O MELHOR PREÇO.**

**EM CASO DE DÚVIDA, SOLICITE A AJUDA DO FARMACÊUTICO.**







# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício " Dr. Cássio de Freitas Levy "

## Justificativa

De acordo com o inciso II do artigo 6º da Lei 8.072, o consumidor tem o direito à educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços assegurados a liberdade de escolha. O presente projeto está em consonância com o referido dispositivo já que a discriminação ao princípio ativo em relação ao medicamento possibilitará ao consumidor a liberdade de optar pelo medicamento que apresentar maior qualidade e preço acessível. Conseqüentemente, a lei gerará uma concorrência sadia entre os laboratórios, beneficiando o consumidor. Cabe ressaltar, ainda, que a proposição será de grande valia, no caso de falta de medicamento no mercado, situação em que o usuário poderá trocá-lo por outro de nome comercial e diferente, porém de igual eficácia. Pelas razões expostas, oferecemos esta proposta aos nobres pares desta Casa de leis, por entender que assim estaremos atendendo os legítimos anseios de nossa sociedade.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**  
**Estado de São Paulo**

---

**ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**PARECER**

**Propositura:** Projeto de Lei de nº 63, de 30 de outubro de 2001, de autoria do Nobre Vereador, Senhor Cristianc Antonio Guarasemin.

---

**Assunto:** Dispõe sobre o direito do consumidor de consultar nas farmácias e drogarias o dicionário de especialidades farmacêuticas – DEF, para conhecer o nome genérico dos medicamentos.

---

**Parecer:**

A presente propositura determina que as farmácias e drogarias municipais deverão disponibilizar o dicionário de especialidades farmacêuticas – DEF, para que todos consumidores tomem conhecimento do nome genérico dos remédios.

Os estabelecimentos supracitados deverão dispor de, pelo menos, 01(um) DEF, além de afixar cartazes informativos em locais visíveis, conforme o padrão constante do Anexo I da propositura.

O prazo estipulado para adaptação das farmácias e drogarias às alterações em questão será 60(sessenta) dias, sendo que, transcorrido tal lapso sem a devida adequação, tais estabelecimentos estarão sujeitos à cobrança de multa de 200(duzentas) UFESP – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, a qual será duplicada a cada reincidência.

Considerando que a adoção de medidas visando a orientação dos consumidores seja matéria de competência municipal, conforme preconiza o **artigo 207 da Lei Orgânica Municipal**, *in casu*, os critérios de dispensação de medicamentos genéricos devem ser estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme preconiza o **artigo 2º da Lei Federal nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999**.

A propósito, a **Resolução RDC/ANVS nº 45, de 15 de maio de 2000**, em seu artigo 1º, §1º, *estabelece que a ANVS proverá as farmácias e drogarias de acessórios para anúncios a serem colocados em balcões e suspensos no espaço, tais como display e móveis, que facilitem a mais ampla visualização de referências sobre os medicamentos genéricos, nos locais de venda*.

Com a finalidade de atender aos consumidores de medicamentos genéricos, a ANVS determinou a obrigatoriedade de afixar a relação destas drogas em local de fácil acesso e visibilidade, bem como determinou a distribuição de acessórios para anúncios que facilitem a visualização de referências sobre tais produtos.

Diante disto, vê-se que a matéria em questão é de competência privativa de órgão federal e já se encontra normatizada desde maio de 2000, o que torna a propositura em questão eivada de vício formal.



Conclusão:

De acordo com a manifestação acima, entendemos,  
S.M.J. que a presente propositura É ILEGAL.

Cordeirópolis, 04 de dezembro de 2001.

Luiz Eduardo Moraes Antunes  
OAB/SP.68.511

